



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 25 DE SETEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Bom dia. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 22ª audiência pública de 2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente no *Diário Oficial* desde o dia 19/09/2013, no *Diário de São Paulo* no dia 23/09/2013 e no *Jornal Agora* no dia 24/09/2013.

Passo a presidência ao nobre Vereador Dalton Silvano.

- Assume a presidência o Sr. Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Em primeiro lugar agradeço a presença do nosso Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Vereador Andrea Matarazzo.

Anuncio a presença e convido para fazer parte da Mesa os Srs. João Luiz Silva Ferreira, da Secretaria Municipal de Cultura; Luiz Eduardo Perez Damasceno, neste ato representando o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Viviane de Camargo Valadares e Hugo Luiz de Menezes Montenegro, neste ato representando o Secretário Municipal de Educação Cesar Callegari; Ana Soraia e Beto Custódio, neste ato representando o Secretário Municipal de Serviços Simão Pedro; Maria Inês de Oliveira Silva Vaccari, neste ato representando o Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação Celso Jatene.

Comunico que foi criado um grupo na Secretaria do Verde e Meio Ambiente para tratar da matéria desta audiência pública, formado pelas Sras. Maria José de Andrade Silva, Márcia Barbosa Correia e Srs. André Luiz Moura de Alcântara, Odair Matarens Júnior, Sonia Joana Jabor Salomão, Domingos Leôncio Pereira, Julie Aparecida Heich, Rute Cremonini de Melo e coordenado pelo Sr. Luiz Eduardo Perez Damasceno.

Depois da primeira audiência pública várias sugestões foram encaminhadas para

este Vereador. A partir daí fizemos algumas reuniões e ficamos de marcar uma reunião com o grupo de trabalho, mas já tínhamos em mãos as propostas. Ontem nos reunimos para discutir o que incluiríamos no substitutivo e, em função de um imprevisto na Secretaria, não pudemos realizar a reunião. Diante disso acabamos fazendo uma reunião hoje, pela manhã, com algumas pessoas que foram ao meu gabinete, representantes das secretarias, e chegamos a alguns encaminhamentos que vamos dar ao projeto de lei.

Importante dizer que acatamos o que era possível acatar. A palavra está aberta, sei que não houve tempo para que todos lessem o substitutivo nº 02, mas com certeza ele contempla o pensamento médio daquilo que os ambientalistas e as ONGs, pensam, querem e tem trabalhado ao longo dos anos, claro que não está 100% como deveria está. Qual será o próximo passo. Vamos ouvir o posicionamento das entidades, das pessoas, dos cidadãos. Aquilo que o substitutivo não contemplar vamos pegar as propostas, pode fazer agora, pode fazer agora, ou pode fazer depois por escrito. Estou estabelecendo um prazo, até segunda feira, vamos pegar essas propostas complementares ao que foi contemplado e vamos levar para discussão, debate no Governo. Tem as secretarias e temos, obviamente, a Procuradoria Geral do Município, que é a que vai dar o parecer final. Tem inclusive a questão da constitucionalidade, como eu disse na primeira audiência pública, não adianta incluirmos aqui questões, matérias, artigos que não contemplem a constitucionalidade que posteriormente será vetado. Pegar sugestões complementares que vierem aqui e se depois quiser passar por escrito, até segunda feira, a partir daí vou entrar em uma negociação com o governo. A ideia, quando colocar para votação no plenário, já esteja em consenso com o governo e que possa ser sancionada a lei, como eu disse aqui, em 1999 foi a política nacional, educação ambiental, de lá para cá quanto tempo se passou e não podemos perder mais tempo e nem errarmos nas nossas medidas. Estou feliz por ter chegado até aqui, mas ainda temos um passo longo a dar, mas acredito, estamos bem avançados. Essas introduções, esse preâmbulo, que queria dar para que vocês pudessem entender de como é o mecanismo.

Passo ao plenário. Com a palavra a Sra. Christiane Godoy, gestora do Instituto Refloresta e educadora ambiental.

A SRA. CHRISTIANE GODOY – Bom dia a todos. Faço parte da Prestes Meia desde o início dessa organização, final de 2010, 2011. Temos nos reunido periodicamente, é um coletivo. A Prestes Meia, é um coletivo da sociedade civil como diversas organizações que atuam com educação ambiental aqui no Município de São Paulo, depois da primeira audiência pública tivemos duas reuniões e realizamos um seminário na segunda feira, inclusive no seminário percebemos que a SIMEIA vem tomando corpo sendo entendida com um espaço de discussão, como um fórum de discussão na educação ambiental no Município de São Paulo, e nessa reunião de segunda feira pontuamos algumas considerações em relação ao primeiro substitutivo. Como tivemos contato com o segundo substitutivo agora, eu e a Nina acabamos de participar de uma reunião no gabinete do nobre Vereador Dalton Silvano, para ter contato com esse substitutivo e para conversar um pouco sobre as considerações que havíamos levantado, como acabamos de ter contato com o substitutivo é necessário um tempo para que seja feita uma revisão das considerações. Olhando para o substitutivo é possível perceber - e aí parabéns ao nobre Vereador e o trabalho da Secretaria do Verde – que é muito daquilo que a Prestes Meia estava pleiteando, foi incorporado nesse projeto de lei. É necessário agora fazer uma leitura um pouco mais calma para ver o que ainda possa ter passado. Minha preocupação é a questão estrutural. Podemos ter uma política acordada, que foi discutida com o Legislativo, sociedade civil, mas não tem estrutura no Executivo que comporte a execução dessa política. Não sei o quanto disso entra na lei. É algo que não tenho conhecimento, precisaríamos refletir, mas me parece importante que a lei aponte para uma estruturação, para que a política possa ser operada senão teremos só a política e não vai ter a operação dela. De qualquer forma a Prestes Meia vai se reunir novamente e na segunda feira iremos mandar essas considerações em nome do coletivo para o gabinete do nobre Vereador, que vai encaminhar então a discussão junto ao Executivo e a Procuradoria do Município. Isso,

alguns pontos que terão de ser reforçados. A princípio, foi muito rápida essa leitura, mas ganhamos muito em qualidade, lá da primeira proposta até onde chegamos, ganhamos muito em qualidade na construção da política. E ainda que não em encontros presenciais, mas virtuais, conseguimos que esse processo fosse discutido entre sociedade civil, Executivo e Legislativo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Apenas um comentário. Quando decidimos colocar esse projeto de lei para primeira votação teve um vereador contrário, dizendo, não vamos realizar a primeira audiência pública, tal. Eu disse: vou dizer qual é minha experiência. Aqui funciona da seguinte maneira: pega o projeto de lei e redige. Mesmo que seja um PL que redigimos o original estava bem estruturado. Para chegar, onde chegamos, temos de votar em primeira votação. Se não vota em primeira votação muito difícil de construir um texto que você possa promover o debate. Até do ponto de vista da sistematização dos próprios artigos. A experiência que temos aqui na Casa mostra que em tendo boa vontade e vontade política, vamos chegar ao final dentro daquilo que for possível, sempre repito isso, não tenho problema nenhum em detalhar lei, escrever a lei, porém, temos uma Lei Orgânica do Município, não podemos correr o risco de escrevermos um projeto de lei sem uma negociação com o governo, depois o projeto de lei for vetado vai jogar fora tudo aquilo que fizemos. Apenas um esclarecimento fazendo um adendo daquilo colocado por você, de aprimorar. Trabalhei em muitos projetos de leis, buscando informações nas próprias audiências públicas.

Com a palavra Lina da Prestes Meia.

A SRA. LINA – Bom dia. Sou da Prestes Meia, grupo de trabalho, como disse a Cris, formado há vários anos, em discussão, justamente, defendendo aquilo que o nobre Vereador falou, a tanto tempo, queríamos que tivesse a política de educação ambiental na cidade e não tínhamos esse sucesso, portanto é um passo grande que a Cidade está dando e parabênizo o nobre Vereador por essa iniciativa, especialmente, a Secretaria do Verde que se empenhou muito para que esse projeto tivesse a cara dos educadores ambientais e que

conseguíssemos ter essa inclusão de muitas questões que a Prestes Meia, esse grupo de trabalhos de educadores, e só titulamos como Prestes Meia, porque esse “Meia” é a instituição, a institucionalização de um grupo que deve ser o gestor, que deve acompanhar, que deve ser o protagonista da educação ambiental na cidade conforme a Legislação Federal e outros documentos da educação ambiental preconiza. Portanto, já colocamos como Prestes Meia, para que todos entendesse de que deve haver uma Simeia, grupo de trabalho que será constituído depois da lei e que será protagonista da educação ambiental no Município para que todas as Secretarias e não só as secretarias mas as instituições possam se pautar por uma política. O que acontece hoje é que cada secretaria, cada instituição faz do seu jeito. Um vai lá abraça a árvore, acha que é educação ambiental, outro vai lá e faz uma questão aprofundada de política e acha que é educação ambiental. Assim, meio que tudo entra. É verdade que tudo entra. Só que se não temos uma política instituída, podemos estar, ou recriando a mesma coisa o tempo todo, o que é ruim para a cidade. Entendo também que tivemos contato agora, infelizmente, gostaria de ter podido participar mais nesse processo, entre a primeira audiência e hoje, até insistimos um pouco, mas não houve essa oportunidade, mas percebemos que muita coisa que defendemos na primeira audiência está colocado aqui. Algumas questões, não sei se estão, mas acredito merecer uma relevância, além da Simeia e seu papel fundamental nesse processo, por causa da participação da sociedade, das outras secretarias, participação e o controle social que é importantíssimo que seja exercido é o formato de como isso irá também ser colocado em prática. E na cidade como São Paulo, uma das questões consideradas super importantes é a descentralização. Entendemos que a Secretaria do Verde deva investir no apoio a descentralização na cidade, por subprefeituras, por distritos. Essas questões são muito importantes até pela diversidade que a cidade representa que todos conhecem. Os núcleos descentralizados têm de acontecer mesmo em 31 subprefeituras e quem sabe, mais ainda com estrutura de poder exercer o que está na educação ambiental. A Secretaria da Educação, mesma coisa as Dres, será que elas vão ficar preparadas para depois

colocar tudo em prática. Acredito que a Secretaria do Verde e a Secretaria da Educação deve realmente, ter essa conversa, para que tenhamos minimamente essas duas secretarias bastante integradas nessa lei e as outras secretarias que agora estão criando destaque como a própria Secretaria de Serviços por conta da grande revolução que a política de resíduos está propondo para a cidade. Uma proposta que irá envolver todos os cidadãos e de novo sabemos que fazer uma proposta de resíduos sólidos, de coleta seletiva sem a educação ambiental já está dado o fracasso para essa iniciativa. Realmente, não sei porque, nós os educadores, ambientais somos muitas vezes tão desprestigiados, porém tão necessários para que consigamos colocar todas as políticas que se pegarmos qualquer política, de saneamento, de mudanças climáticas, está dito lá, prescinde da educação ambiental para poder realmente ter sucesso. Portanto, mais uma vez reforço que estamos animados com essa possibilidade de ter uma política de educação. Relembro que o CADES do qual vários aqui são componentes, também tomou a iniciativa de que é muito importante para a cidade de ter um grupo de trabalho, de educação ambiental para aprofundar as questões, talvez seja até um espaço que a possamos aprofundar no programa e na regulamentação dessa política. Como disse o Vereador, é importante, depois que tenhamos a política que seja de acordo com aquilo que a cidade determina seja regulamentada e que tenhamos um bom programa para a cidade e aí, reforço, por último a importância de que esse programa e essa regulamentação seja bastante discutida, minha sugestão nos CADES regionais, nos fóruns que foram criados pelas instâncias da conferência de Meio Ambiente que acabou de acontecer. Fizemos pré-conferência nas 31 subprefeituras, pessoas que se importaram de discutir educação ambiental e resíduos na cidade. Temos grupos importantes e na heterogeneidade da cidade, bem representados. Portanto a regulamentação, o programa, acredito que deve ser feito com muita participação porque o processo também tem de ser educativo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Com a palavra a Sra. Ana Soraia, representando, neste ato, o Secretário Simão Pedro.

A SRA. ANA SORAIA NASCIMENTO – Bom dia a todos. Atuei recentemente, na coordenação da Conferência Municipal de Meio Ambiente, junto mais 78 companheiros, nessa empreitada, bem como atuo no grupo de trabalho de educação ambiental para resíduos sólidos que integra a elaboração do plano de educação ambiental para resíduos sólidos no plano gestão integrado de resíduos da cidade. Parabênizo o nobre Vereador Dalton Silvano pela iniciativa e visível incorporação de propostas, ouvindo a sociedade civil em uma ação e atitude democrática e construindo um processo amplo de construção dessa política o que torna e facilita, obviamente a interlocução com a sociedade e oxalá nos permita a implementação dessa política na cidade. Participei do seminário da Prestes Meia, acompanho desde 2010, na militância, enquanto educadora ambiental e gostaria de ressaltar alguns pontos, que entendo, foram discutidos no seminário, e que seriam importantes para que o grupo de trabalho que seguirá no gabinete, dialogando na melhora, e na ampliação da perspectiva da política, alguns pontos como os centros referenciais em educação ambiental e sustentabilidade que entendemos que devam serem instituídos, ou atuar em espaços que já existam na cidade para que possamos ampliar as referências em educação ambiental e sustentabilidade não só no âmbito da Cidade de São Paulo mas na interlocução com a região metropolitana. Aqui temos a Monica Simos, nossa professora, educadora Mor de Guarulhos e já interlocutora desse processo e construindo esse processo conosco. Em Barueri temos a colega que trabalhou conosco na Conferência Municipal, interessadas, Horácio de São Caetano. A região Metropolitana se interessa por esse projeto de lei que o senhor está constituindo. Ele não é importante só para a Cidade de São Paulo, mas um referencial e um interlocutor na educação ambiental e na região Metropolitana da Cidade. A educação ambiental e a construção desse processo não têm fronteiras. Não deve ter fronteiras. Deve ser articulado para mudanças de paradigmas que nós tanto, educadores sonhamos, temos de ter um balizador e um norteador importante que será essa política. Estamos ressaltando que o ponto dos centros de referenciais em educação ambiental para sustentabilidade deva existir. E vale lembrar dos centros

educacionais de cultura indígena que atuaram tanto no processo conferencial, está aqui o Hugo da Secretaria de educação que nos reforça e nos auxilia nesse processo, são de fato extremamente importante serem pensados quando da instituição desses centros referenciais em educação ambiental para sustentabilidade. Alguns e vocês que acompanharam a conferência sabem da contribuição que os indígenas educadores dessa cidade podem e dão todos os dias e que poucos, infelizmente, têm essa perspectiva. Os nossos indígenas guaranis da aldeia Tenondé Porã, Curucutu, Tecopiau e Teco Itu, fora os não aldeados Fulniôs, Pancararus, Xavantes, entre outros povos indígenas que têm uma atuação relevante na cidade de São Paulo.

Gostaria de pontuar mais dois itens extremamente relevantes: a instituição, talvez, como estou propondo que o Vereador e sua equipe pensem, de um grupo de trabalho intersecretarial com ampla participação no processo de formulação do programa e da regulamentação da lei, em função do que tanto a Nina como a Cris colocou que são os instrumentos para a implementação da política, que devem ser contemplados na estruturação desse trabalho, assim como os recursos materiais e, principalmente, na comissão intersecretarial, de uma carreira de educadores ambientais, que não existe na cidade de São Paulo e que, como temos várias Secretarias, digo pela Secretaria de Serviços, que implementam a educação e têm nos seus programas projetos e ações a perspectiva da construção da educação ambiental no viés de cada Secretaria, é importante ter educadores em todas essas Pastas para avaliação e monitoramento do processo de implementação da política, mesmo que seja na perspectiva da Secretaria da Educação, da de Serviços, da de Planejamento, do Verde e do Meio Ambiente, fundamental nesse processo.

Vejam bem: teremos que ter educadores ambientais que tenham essa – a Cimeia vai ajudar muito – interlocução dessas Pastas, e os grupos de trabalho intersecretariais deverão ter esse caráter de articulação desses educadores e da construção desse processo que deve ser articulado, para que possamos, de forma eficiente, eficaz e transformadora,

mudar, de fato, as políticas públicas da Cidade por meio de educadores ambientais e formalmente instituídos, com vistas à construção e à mudança de paradigmas, que é o sonho de todos nós, educadores.

Esses são pontos nevrálgicos e que foram debatidos com os companheiros durante o seminário, inclusive, no grupo de trabalho de educação ambiental e de resíduos, os quais eu gostaria de manifestar neste plenário.

Agradeço ao Vereador por isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) - Eu quero só reforçar o que disse no início da audiência pública para facilitarmos o encaminhamento desse processo. Peço que vocês me ajudem, porque, depois, teremos que consultar as Notas Taquigráficas. Não que não seja fácil, mas a ideia é que qualquer inclusão que fizerem seja por escrito e encaminhada ao meu gabinete até segunda-feira para ficar mais fácil.

Ela está propondo a inclusão de uma nova comissão e tal. Não analisei, mas já temos o órgão gestor; a instituição da Cmeia, então, vamos criando muita comissão de trabalho e, eventualmente, elas podem estar contidas nesses instrumentos que já temos. Portanto, se for possível incluir essa comissão que ela está sugerindo em algum inciso, obviamente, vamos deixar o projeto mais leve, sem a obrigatoriedade de criar várias comissões. Não estou rechaçando a emenda dela de pronto. Só estou fazendo um comentário, mas é importante que escrevam o que querem incluir como inciso no artigo tal. Dai vou pegar e negociar com o Governo. Essa é a ideia.

Com a palavra a Sra. Mônica Simons, da Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental. (Palmas)

A SRA. MÔNICA SIMONS – Bom dia a todos e todas. Quero parabenizar o Vereador por essa iniciativa que traz o atendimento a um apelo significativo e importantíssimo não só para São Paulo, mas, também, a toda a região metropolitana.

Além do que já foi falado – parabenizo, também, pelo excelente trabalho de

integração de tudo isso, que não é fácil de se fazer -, mas há um lembrete importante: a Cmeia tem a ingerência na gestão de recursos. Aqui se fala de recursos, mas seria importante que, no corpo da lei, constasse que, quando os recursos de fundos forem destinados para ações e programas de educação ambiental, que a Cmeia tenha que fazer parte da decisão e discussão de como esses recursos serão alocados e destinados. Isso vai de encontro ao que a Cris falou.

Às vezes, temos um corpo de lei excelente na teorização, mas quando vamos implantar, encontramos algumas brechas que poderão dificultar e sabemos que os recursos têm sempre um aspecto álgido de qualquer corpo de lei. Portanto, que se garanta, no corpo da lei, que a Cmeia esteja definindo e decidindo o destino dos recursos.

Com relação à questão indígena, acho importantíssimo o que foi falado. Em Guarulhos, temos uma população indígena representando várias etnias: pancararés, pancararus, pataxós, fulniôs, Açu-cocal, xucurus, todas essas pessoas morando não em condição de aldeia. Quando estão em condição de aldeia, têm um tipo de retaguarda diferente do indígena da cidade, que não tem nenhum tipo de retaguarda.

Em Guarulhos – orgulho-me de dizer isso -, somos o único Município do País que realizou uma conferência municipal de saúde indígena, com indígenas não aldeados, e estamos pleiteando, nesse momento, que os dois representantes que foram escolhidos como delegados sejam referendados pela conferência nacional e que eles possam representar.

Por incrível que parece, isso não constava da estrutura da diretriz nacional porque não há indígenas que não estejam em aldeias que façam a sua conferência. Isso é importante também. Parabéns pela sua colocação. Temos um centro de referência indígena lá.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Mônica, só um comentário: como o projeto de lei é de minha autoria, tem questões que não são possíveis de se escrever por conta do vício de iniciativa. Obviamente, todos os conselhos existentes na Cidade gostariam de deliberar sobre a inclusão de verbas no orçamento, mas essa é uma competência exclusiva do Governo.

Não que nós não possamos encaminhar. Não é essa a questão. Só estou comentando por causa da sua sugestão, que pode não ser acatada. Há vários conselhos na cidade de São Paulo. Agora vamos ter os conselhos dos distritos, cada Subprefeitura vai ter os seus conselhos também, com caráter deliberativo.

Na verdade, Vereador Beto Custódio, que foi implementado pela ex-Prefeita Marta Suplicy, o orçamento participativo que também é uma forma de a sociedade pedir a inclusão de verbas no orçamento. Então, há todo um mecanismo.

Falou em dinheiro, a Lei Orgânica determina que seja com o Prefeito. Se não, conseguiríamos, os próprios Vereadores, incluir várias verbas no orçamento.

Estou fazendo essa observação porque considero importante. Não adianta termos um conselho, uma Secretaria, um órgão gestor, uma política, um programa, se não tivermos recursos.

De qualquer forma, sempre vamos levar as sugestões para debater com o Governo. A próxima a falar é a Sra. Denise Valença, da Associação Caminho Suave Socioambiental.

A SRA. DENISE VALENÇA – Bom dia a todos e todas. Gostaria de parabenizar a Mesa pela participação democrática da opinião na Cidade; o grupo Cmeia, pelo espetacular trabalho que vem desenvolvendo, são colegas missionários da educação ambiental nesse País.

Primeiro quero reiterar todas as falas anteriores e dizer que São Paulo está tendo a oportunidade única de ter uma política municipal inclusiva. Estamos falando aqui de educação em meio ambiente, e todos estamos inseridos no meio ambiente, que só inclui. Portanto, vejo que todas as Secretarias do Município deverão estar sendo contempladas dentro de uma educação ambiental, até porque acredito que o modelo tem que vir de cima para baixo.

Vereador, tenho a certeza de que a Casa jamais irá vetar um projeto, uma política municipal de educação ambiental para a cidade de São Paulo porque seria andar na contramão da política nacional, que vai investir bilhões em educação.

Acredito que os representantes da cidade de São Paulo jamais irão vetar – e o Prefeito também – uma política que é a voz do povo e o reflexo da nação. Não se trata aqui de falarmos em protecionismo, ou seja, só para São Paulo. Não existe isso. Ao contrário, São Paulo deverá dar o exemplo e ser modelo. O senhor está tendo uma oportunidade única de fazer história no Município de São Paulo, entrando para os Anais da história da Cidade, como o Vereador que apoiou em todas as instâncias a política municipal ambiental.

Para nós, isso é mais que um orgulho. É uma satisfação, por ver que nossos esforços, ao longo de todo esse tempo, não estão sendo em vão. Nós vamos continuar, com política municipal ou não, vamos continuar fazendo, dentro das nossas condições.

Portanto, muito obrigada.

Tenho certeza de que a voz do povo vai ser compreendida, como está sendo por esta Casa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Eu queria apenas comentar o seguinte – já falei várias vezes a mesma coisa: é claro e óbvio que tenho todo o interesse do mundo que esta lei – que não é só minha; fui o precursor, que apresentou o projeto original – tenha todos os tentáculos para cumprir os objetivos pelos quais se luta há muitos anos, que tenha todos os recursos financeiros, estrutura para poder avançar.

O que sempre falo é que, por conta da própria legislação, em especial, a Lei Orgânica do Município, há algumas questões sobre as quais o Vereador não pode legislar. Então, temos que só ter esse cuidado.

Vou dar um exemplo: de incluir a criação de cargos de educador ambiental. Nós, Vereadores, não podemos criar despesas para o Executivo. Não podemos criar cargos, mandar construir um hospital, um centro de referência. Não podemos porque estão na Lei Orgânica as prerrogativas do Vereador e do Executivo.

A questão dos recursos financeiros também. Por exemplo: os conselhos deliberam

as propostas oriundas da sociedade e do Poder Executivo, mas o conselho faz a indicação. No texto da lei, não pode escrever a criação de despesa. Se contiver essa parte no texto da lei, ela será vetada.

Há mecanismos na Câmara que, quando se quer escrever alguma coisa e se fica com medo de ser vetado, se abre um inciso. Ou seja, se oferece para o Governo, para que se ele for vetar, não vete o artigo inteiro ou o texto inteiro. Ele veta só aquele inciso. Digo isso para que saibam como funciona a tramitação dos projetos de lei.

Muito obrigado.

A SRA. DENISE VALENÇA – Nós temos a certeza de que a Casa conhece todos os mecanismos necessários para que não se vete uma lei. Acreditamos que vivemos numa época de inovação; há que se ter coragem de se enfrentar os modelos antigos e caducos para uma nova realidade de educação neste País, que há anos está abandonada.

Não temos dúvida de que os nossos Vereadores sejam capazes de encontrar todos os mecanismos para aprovar uma política municipal de educação ambiental inclusiva. Se não abirmos, se não estiver prevista uma condição fora, como a dos indígenas, por exemplo, a política municipal será exclusiva, o que é totalmente contrária à realidade do País e do momento que estamos vivendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Aliás, essa questão dos indígenas está contemplada no projeto de lei. Havíamos deixados de por a questão da fauna, que foi incluída agora. Já pensaram o que o vereador Roberto Tripoli faria conosco? E todos os outros que trabalham com a proteção animal também? O negócio é incluir.

Tem a palavra a Sra. Raquel Trageli.

A SRA. RAQUEL TRAGELI – Bom dia, Vereador, eu gostaria de repetir os elogios à mudança dessa proposta, na qual dei uma olhada, e ela está redondinha.

Muito obrigada pela aula de legislação, porque é muito importante cada qual fazer a

sua parte. Realmente, não sei o que pode ou não ser vetado, o que deve entrar como inciso ou não.

Mas gostaria de reforçar a ideia dos CREA's, dos Centros de Referência. Eles, num primeiro momento, não precisa ser algo concreto, do tipo construir um prédio para ser um centro de referência, mas sim em cada Subprefeitura, por exemplo, ter um pequeno centro de referência que irradie essas questões da educação ambiental que estão, cada vez mais, sofisticadas, por conta das questões de mudanças climáticas e de toda a preservação da teia de sustentação da vida no planeta, especialmente, numa cidade como São Paulo. Esses CREAs poderiam estar vinculados à Umapaz. Poderíamos fazê-la crescer e ela já existe. Então, não será preciso colocar algo a mais na lei, já existe, já foi criado por decreto.

A Umapaz poderia ser esse espaço de formação ampla, não só de professores como de educadores populares, como de gestores nessas questões de sustentabilidade, meio ambiente, prevenção de desastres e poderiam desenvolver um trabalho específico com as populações mais vulneráveis ao risco de desastres ambientais, especialmente.

A Educação Ambiental é muito forte para isso e ela precisaria ser implementada a partir de um lócus, que seria a Umapaz potencializada, uma referência de sustentabilidade, que não existe só no que se fala, mas, especialmente, na concretude das edificações. Por isso, a Umapaz poderia ser um exemplo de produção de energia solar, por exemplo, de formas urbanas de termos eco agricultura, esse tipo de coisa. A Umapaz teria um espaço de ponta para fazer isso, mas, para isso, ela precisaria ser reforçada e com a promulgação dessa lei, certamente, ela poderia ter orientações de como atuar e ser uma referência aos Centros de Referências, em cada Subprefeitura.

Dessa forma, conseguimos fazer a transversalidade da Educação Ambiental, porque há lócus, concretude, enfim, gente fazendo isso a partir de uma orientação ampla, que é essa política Municipal de Educação Ambiental.

Era isso que gostaria de trazer.

Agradeço, novamente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Com a palavra, o Sr. Odair, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a Umapaz.

O SR. ODAIR – Bom dia. Trabalho no Departamento de Educação Ambiental, a Umapaz, juntamente com a Maria José, Diretora, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. A Raquel mencionou a ideia da criação de polos e de centros de educação ambiental.

Uma das metas do Departamento é a criação de 32 polos de Educação Ambiental,; Essa criação já está prevista. Estamos mapeando, junto com os educadores ambientais do próprio Departamento, locais propícios à instalação desses polos. Serão polos de difusão, polos de referência, no qual a Umapaz estará presente nas 32 Subprefeituras. Falo em 32 porque estou incluindo a de Sapopemba.

A ideia é que instalemos esses polos em unidades de áreas verdes, em parques e esse monitoramento já está sendo feito com os coordenadores locais, em cada núcleo de gestão descentralizada. Esses coordenadores já estão identificando os espaços mais adequados para isso e estaremos trabalhando para que esses polos sejam espaços de referência da educação ambiental da Secretaria do Verde e de articulação local, não somente de difusão de cursos de formação e sensibilização, mas espaços de articulação, no qual outras Secretarias ou Órgãos possam também utilizar como referência.

Existem alguns parques com essa identidade. Na zona Norte, há o Parque Lions Clube Tucuruvi. Na zona Sul, também há parques em potencial. Na zona Leste, poderíamos fazer do Parque do Carmo um espaço de referência no território. Já estamos mapeando para que todas as Subprefeituras, inclusive, as mais distantes como Parelheiros e Cidade Tiradentes tenham a Umapaz como referência de Educação Ambiental.

Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ODAIR – Na zona Oeste, há o Parque Previdência, que também é um

espaço de referência. Mas, há em todos os lugares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Anuncio a presença do Prof. Nabil Bonduki, que é professor de educação ambiental, de Plano Diretor, de Arquitetura, de Engenharia Civil, sempre que tenho dúvidas, recorro a ele. Convivi com ele na época da formulação do Plano Diretor 2002. Quando ninguém sabia fazer Plano Diretor, o Vereador já estava dando aula.

Convido o nobre Vereador Nabil Bonduki para compor a Mesa e, inclusive, fazer uso da palavra de imediato.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos e a todas. Infelizmente, não cheguei a tempo de ouvir todas as manifestações, mas gostaria de deixar clara a importância dessas duas audiências públicas por ter significado um diálogo importante entre a Câmara e todas as entidades que estão trabalhando com educação ambiental no Município.

Não sei como ficou aquele grupo de trabalho e se esse substitutivo já expressa todas as sugestões ou se resta ainda alguma questão.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Cento e vinte por cento.

O SR. NABIL BONDUKI – Então, se todas as questões estão contempladas, acho importante termos esse retorno. Se estiver contemplado, já temos condições de votar, senão ainda teremos de avançar.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Vou fazer um aparte, só para você entender. Houve algumas dificuldades para realizar o encontro, mas como já tinha as sugestões por escrito – tirando as semânticas da textualização, da redação -, do ponto de vista estrutural, acatamos praticamente todas as propostas. Parabenizei todo mundo: as Secretarias tiveram participação fundamental, o Damasceno, a Maria José, o Odair, a Ana e os representantes da Secretaria da Educação que contribuíram. Também houve a participação da Secretaria de Serviços, então, foi um debate muito amplo.

Então, ficou combinado que a partir dessa audiência pública, até a próxima segunda-feira, todo mundo poderá encaminhar alguma emenda ou sugestão de inclusão de algum inciso ou de alguma consideração. Pegaremos essas emendas, com base no nosso substitutivo 2, e levaremos ao Governo. Temos de pegar, junto à Procuradoria Geral do Município, para não termos qualquer problema de constitucionalidade e sim a garantia da sanção, no momento em que formos votar.

Esse é o encaminhamento que foi dado. Então, existe mais um prazo até segunda-feira. Ocorreu um seminário da Cimea, portanto, há ainda algumas considerações, reparos e remendos a serem feitos no substitutivo.

O SR. NABIL BONDUKI – Acho que o caminho é esse: poder incorporar as várias sugestões propostas tanto pela Secretaria da Educação como do Meio Ambiente, de Serviços e da Saúde - em nossa última reunião, falou-se sobre a importância dessa Secretaria também opinar, porque parte dessas questões podem ser tratadas por ela e implementadas - e garantir a sanção, porque também não adianta aprovar um projeto depois da implementação. A importância do envolvimento do Governo é a sanção e implementação, porque é estratégico hoje para o Município de São Paulo ter um programa e uma ação permanente de educação ambiental.

Estamos avançando nesse sentido, mas acredito que as Secretarias devem estar envolvidas, inclusive, utilizando seus recursos. Por exemplo, a Secretaria de Serviços tem 0,5% de todos os contratos...

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – A Monica Simons abordou essa matéria referente aos recursos.

O SR. NABIL BONDUKI - E a Secretaria de Educação tem o maior orçamento – 31% -, seguida pela Secretaria de Saúde. Estou deixando a Secretaria de Meio Ambiente de lado, porque é a que tem o menor orçamento. E a ação da Educação e Saúde é transversal, pegam a Cidade inteira e tem a possibilidade de fazer um trabalho de escala que é muito

importante. E a Secretaria de Serviços na questão específica de resíduos.

Então acho que temos de fixar um pacto, Vereador Dalton, para batalharmos recursos. A lei é aprovada e queremos que existam condições de que a lei seja colocada em prática.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Vereador, vou até comunicar ao plenário, V.Exa. me provocou do ponto de vista de incitar o debate, mas no artigo 17, em que colocamos apenas duas secretarias, vamos incluir as Secretarias de Serviços e Saúde.

O SR. NABIL BONDUKI – A princípio seria essa a minha preocupação. Não vou entrar na discussão específica do texto do projeto. Quando tivermos a última versão com as opiniões do Executivo podemos discutir, para fazer um fechamento final e verificar se está tudo contemplado.

Acho que avançamos bastante e quero parabenizar o Vereador e todas as entidades e pessoas que participaram dessas duas audiências, e do processo de discussão de construção coletiva desse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Anuncio a presença do Vereador Ricardo Young.

Não há mais inscritos. Pergunto à Mesa se alguém quer fazer uso da palavra.

A SRA. _____ - Vou falar como professora da rede. Bom dia, trabalho na Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Orientação Técnica, e com muito orgulho professora da rede municipal de São Paulo.

Do ponto de vista de meus amigos e dos meus alunos, a partir do momento em que envolvemos essa porção de secretarias, há necessidade de que façamos ações totalmente em consonância, porque às vezes pensamos via verde e não necessariamente poderá ser feito dentro da escola.

Então há a necessidade de que as ações estejam em consonância e que estejamos

todos em total comunicação.

Muito obrigada.

A SRA. _____ - Gostaria de agradecer a oportunidade em nome do Secretário Celso Jatene. Essa preocupação com a questão ambiental é muito importante. Sou Dentista de formação, estou na Secretaria de Esportes e já fiz um curso de gestão pública ambiental, porque acho que todo servidor público tem essa obrigação com a gestão pública ambiental.

Esse projeto de lei é muito importante e interessante, porque não cria apenas normas, mas condições para o exercício da cidadania. E a Educação é a coisa mais importante, o controle social é o mais importante para que a gente transforme o mundo, a gestão e a Administração.

Com relação à capacidade técnica, sabemos que há muita gente com capacidade técnica, mas enquanto essa educação ambiental não chegar para o povo, para a sociedade em geral, não conseguimos reinventar e transformar. Nesse sentido, parabênizo o Vereador, esse alinhamento da municipalidade com as outras esferas é de grande importância.

Esse processo é muito importante porque sem a educação ambiental não alcançamos a sustentabilidade. Faz parte do tripé, assim como o aspecto social e o aspecto econômico, o aspecto ambiental é essencial para o alcance da sustentabilidade e nesse sentido estamos dando um grande passo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra o Sr. Damasceno.

O SR. DAMASCENO – Em nome do Secretário Ricardo Teixeira, quero parabenizar a iniciativa do Vereador e de todos que trabalharam, da Secretaria do Verde, de todos que não foram nominados e que não estão presentes, dos que estão presentes, enfim todos os profissionais que participaram desse substitutivo. Parabéns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Tem a palavra a Sra. Ana Soraia, representando o Secretário Simão Pedro.

A SRA. ANA SORAIA – Quero agradecer a todos e a todas que contribuíram com o processo. Há uma frase muito importante que diz: a caminhada é às vezes muito mais importante do que o ponto de chegada. E essa caminhada, Vereador, se deve muito a sua iniciativa acolhedora, de inter-relacionar todos e todas que estão envolvidos nesse processo.

Quero agradecer-lo e parabenizá-lo, bem como ao meu Secretário que também nos auxiliou na constituição de grupos de trabalho, no acolhimento à sociedade civil, no ouvir e no sustentar na caminhada e no processo.

Quero agradecer e parabenizar, porque realmente um projeto de lei com a formação tão ampla e grupos tão amplos só pode dar certo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Agradeço a presença de todos. A caminhada continua. Não é fácil a aprovação do plenário e sancionar que é o mais importante, mas acho que estamos caminhando bem.

Lembro que na segunda-feira vamos receber eventuais emendas, correções e sugestões complementares. Muito obrigado.

Está encerrada a 2ª audiência pública ao PL 235/2012, de autoria do Vereador Dalton Silvano.